### AUDIÊNCIA PÚBLICA-MPV 595, DE 2012

# CONTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES AOS MEMBROS DA COMISSÃO MISTA

(BRASÍLIA, 05 DE MARÇO DE 2013)

### MÁRIO TEIXEIRA

PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS CONFERENTES E CONSERTADORES DE CARGA E DESCARGA, VIGIAS PORTUÁRIOS, TRABALHADORES DE BLOCO, ARRUMADORES E AMARRADORES DE NAVIOS, NAS ATIVIDADES PORTUÁRIAS (FENCCOVIB)

DIRETOR DA CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL (CTB)

DIRETOR PARA ASSUNTOS INTERNACIONAIS DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRABALHADORES EM TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, NOS PORTOS E NA PESCA (CONTTMAF)

### RECALCITRÂNCIA EM MANTER PRECEITOS INCONSTITUCIONAIS JÁ EXISTENTES NA LEI 8.630

- PRESTAR SERVIÇO PÚBLICO, OU SEJA: OPERAR COM CARGA DE TERCEIROS SEM LICITAÇÃO (ATRAVÉS DE AUTORIZAÇÃO) É VEDADO PELO ART. 175 CF.
- NA VIGÊNCIA DA LEI 8.630/30, JÁ ERA INCONSTITUCIONAL.
- MP 595 VAI AO EXTREMO : DESOBRIGA-O DE TER CARGA PRÓPRIA. PERMITE QUE ESSE ENTE PRIVADO SEJA UM PRESTADOR DE SERVIÇO AO ARREPIO DA CONSTITUIÇÃO.
- PELA MP 595 ELE TAMBÉM ESTÁ DESOBRIGADO DE OBSERVAR (E COM CERTEZA NÃO OBSERVARÁ) OS PRINCIPIOS DA PRETAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (continuidade, cortesia, eficiência, segurança, atualidade, regularidade, modicidade e generalidade)

EMENDAS QUE BUSCAM O CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: 101 e 142 (MÁRCIO FRANÇA - PSB-SP); 058 (ARNALDO FARIA DE SÁ - PTB-SP); 253 (PAULINO DA F.SINDICAL - PDT-SP); 394 (ÂNGELO VANHONI - PT-PR; 175 LUIZ SÉRGIO - PT/RJ).

### TCU - PROCESSO TC-015.916/2009-0 Apenso: TC-026.748/2010-0 - PARECER SEFID-1,

#### ANÁLISE DO MARCO REGULATÓRIO

Há de se conjugar os ditames da Lei 8.630/1993 aos mandamentos insculpidos no art. 175 da CF/1988.

Segundo a Carta Magna, os serviços públicos devem ser delegados por meio de concessão ou permissão.

A autorização não é instrumento para outorga de serviço público.

Dada essa constatação, de forma apressada e indevida, pode-se concluir que a Lei 8.630/1993, ao permitir a movimentação de cargas de terceiros em terminais privativos, outorgados por autorização, incorreu em inconstitucionalidade.

Tal interpretação não merece prosperar.

É necessário encontrar a motivação do legislador para o teor do texto da Lei e realizar uma interpretação conforme a Constituição Federal.

### TCU - PROCESSO TC-015.916/2009-0 Apenso: TC-026.748/2010-0 - PARECER SEFID-1,

### CONCLUSÃO

Considerando todo o exposto na presente análise, conclui-se que as outorgas de autorização das empresas Cotegipe, Portonave, Itapoá e Embraport carecem de amparo legal.

A movimentação de cargas nesses terminais nos permite afirmar que, de acordo com a Lei 8.630/1993, esse tipo de empreendimento, que tem como objetivo principal a movimentação de carga pública, não poderia ser outorgado por meio de autorização.

A grave omissão dos órgãos responsáveis pela regulação e fiscalização do setor portuário permitiu a existência irregular de duas instalações portuárias submetidas a regras distintas exercendo a mesma atividade, a prestação do serviço público de movimentação de cargas de terceiros.

### TCU - PROCESSO TC-015.916/2009-0 Apenso: TC-026.748/2010-0 - PARECER SEFID-1,

#### **ENCAMINAMENTO**

Dessa forma, admitir que a movimentação de cargas de terceiros por essas instalações seja majoritária, a ponto de ser o negócio principal desses terminais, é concluir pela existência de prestadores de serviços públicos outorgados por autorização, sem o devido procedimento licitatório, e pela inconstitucionalidade do art. 4o da Lei 8.630/1993.

Não é razoável considerar que essa tenha sido a intenção do legislador.

Autorizar, em caráter excepcional, tendo em vista o interesse público e o princípio da continuidade da prestação dos serviços públicos, o funcionamento dos terminais de propriedade das empresas Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes, Itapoá Terminais Portuários S.A., Embraport – Empresa Brasileira de Terminais Portuárias S.A e Terminal Portuário de Cotegipe, por prazo suficiente e justificado para a realização dos certames licitatórios conforme item b.2.1;

## ESCOLHA DE PROCESSO LEGISLATIVO EQUIVOCADO

PARA ATENDER TAL INTERESSE O PODER EXECUTIVO DEVERIA TER OPTADO POR EMENDA CONSTITUCIONAL

EVITAR PROCEDIMENTOS JUDICIAIS CONTRA A MP OU SUA LEI DE CONVERSÃO

### CENÁRIO MUNDIAL: SUBSTITUIÇÃO DO PORTOS ANTIGOS (PÚBLICOS) POR TERMINAIS PRIVADOS

#### PORTOS ANTIGOS MAIS CONHECIDOS:

SAN FRANCISCO (CA) EUA

MAIAMI

LOS ANGELES

LONG BEACH

ROTERDAM

MARSELHA

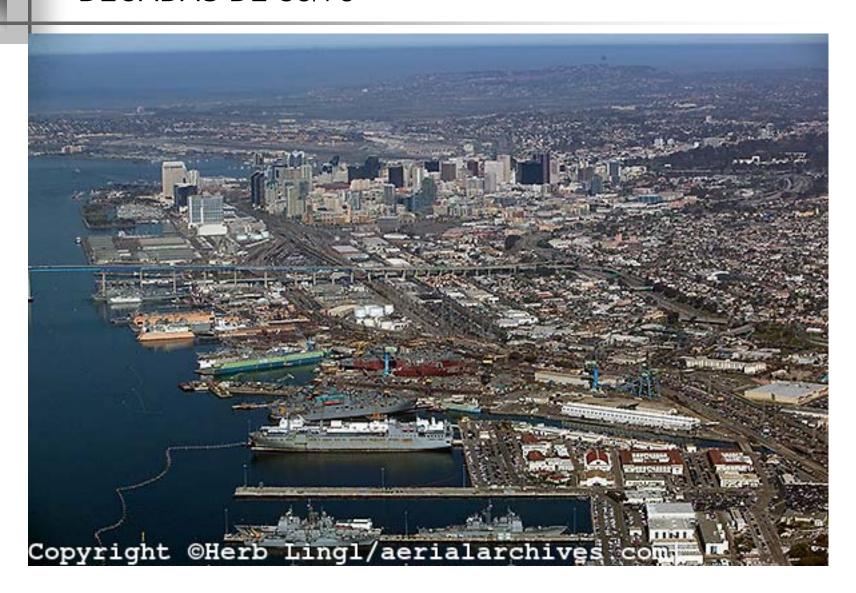
GÊNOVA

BARCELONA

LIDBOA

**BUENOS AIRES (PORTO MADERO)** 

#### PORTO DE SAN FRANCISCO NA CALIFORNIA DECADAS DE 60/70



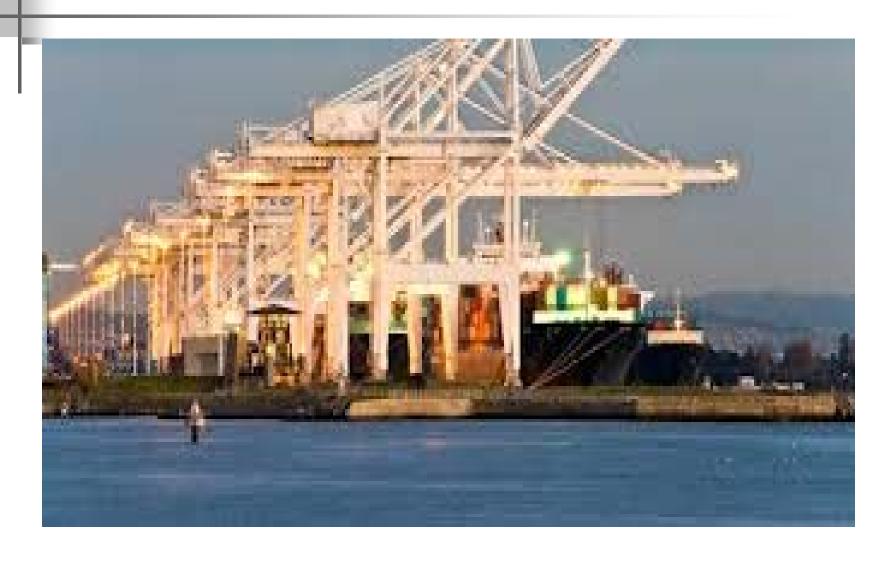
### HOJE: ANTIGO PORTO DE S. FRANCISCO (EMBARCADERO)



#### HOJE: ANTIGO PORTO DE S. FRANCICO



### **NOVOS TERMINAIS - OAKLAND**



### **NOVOS TERMINAIS - OAKLAND**



### OAKLAND: PIQUETE DOS PORTÁRIOS DO ILWU - REINVINDICAÇÃO: TRABALHAR NO TERMINAL

- LOCAL 10 LONGSHOREMEN
- LOCAL 34 CLERKS



### OAKLAND: PORTÁRIOS DO ILWU - MOVIMENTO PAREDISTA. OBJETIVO: TRABALHAR NO TERMINAL



### OAKLAND: PORTÁRIOS DO ILWU - MOVIMENTO PAREDISTA. OBJETIVO: TRABALHAR NO TERMINAL



### FATOS QUE LEVARAM ÀS MUDANÇAS

CONTEINERIZAÇÃO NO MUNDO

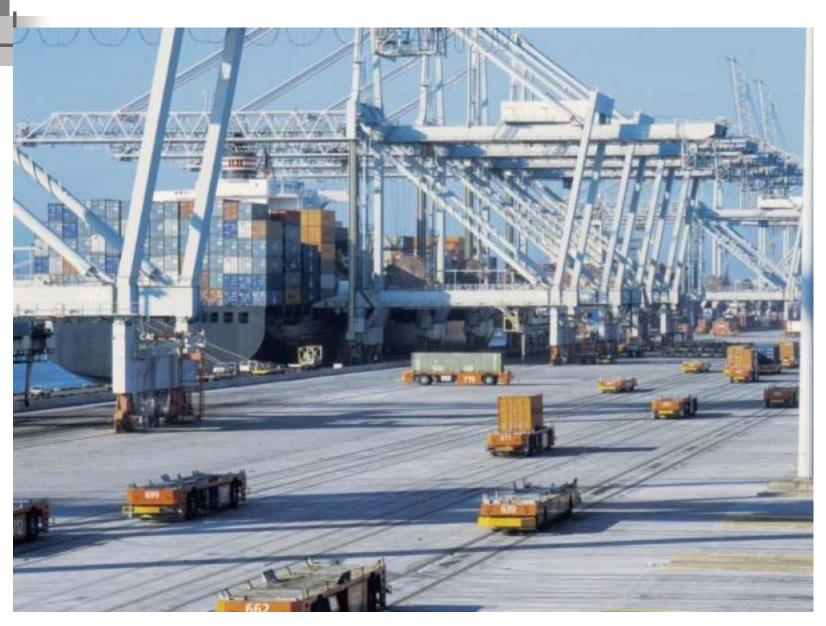
- NAVIOS DE MAIOR CALADO
- MAIOR PROFUNDIADE DOS PORTOS
- MIGRAÇÃO OPERACIONAL DOS ANTIGOS PORTOS PARA OS NOVOS E MODERNOS TERMINAIS
- COMPETIÇÃO
- ARMADORES VERTICALIZADOS

#### DESMISTIFICAÇÃO DA COMPARAÇAO DE CUSTOS PORTUÁRIOS BRASILEIROS COM PORTOS ESTANGEIROS

QUANDO SE COMPARA COM ROTTERDAM, ESTÁ SE COMPARANDO QUE TERMINAL ?



### ECT -TEMINAL ROBOTIZADO DE ROTTERDAM



### TERMINAL DA APM E RWG EM ROTTERDAM – JOY-STEAK



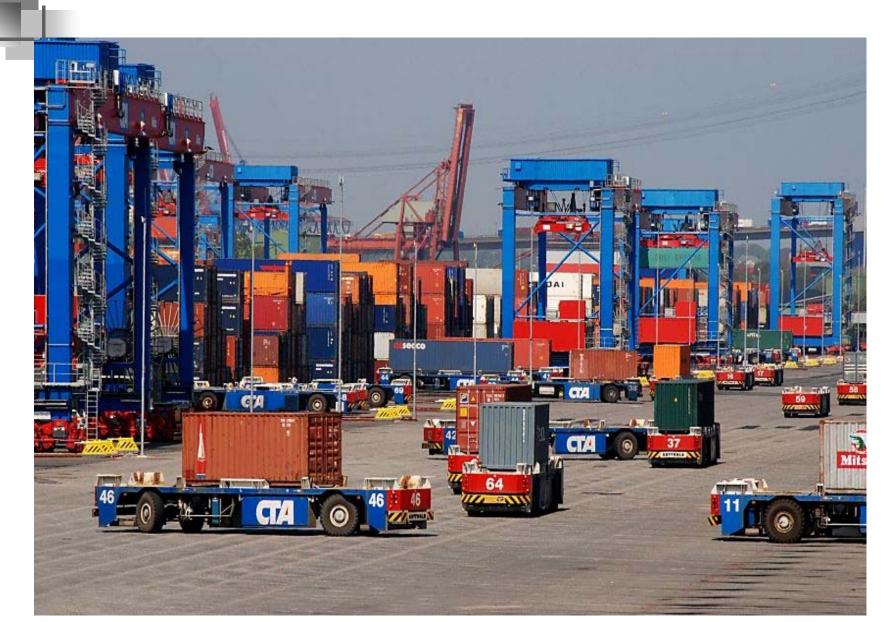
http://www.naftikachronika.gr/index.asp?pid=1&ArticleID=5931&lang=gr&cat=28

# ANTUERPIA: COM QUE TERMINAL COMPARAR: MSC-Terminal - Noordzee Terminal-Deurganck Terminal Furopa Terminal - Churchill Terminal ???



MSC - MEDITERRANEAN SHIPPING COMPANY- TERMINAL EM ANTUERPIA

### HHLA -HAMBURGO - ROBOTIZADO



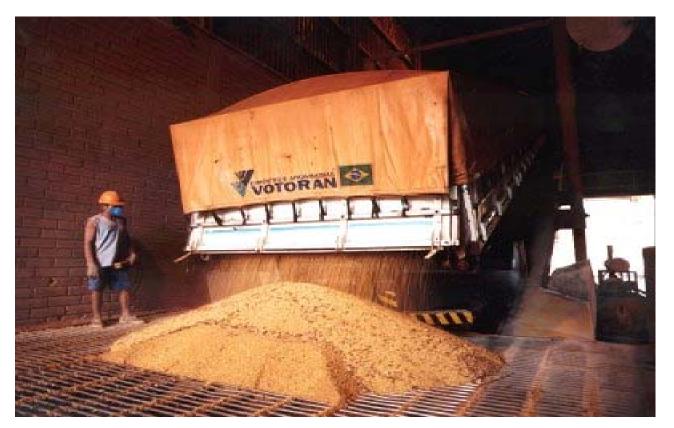


# CUSTO MÃO DE OBRA CONTAINER NO BRASIL

- ENTRE 0,5 A 07 % DO CUSTO TOTAL
- DO EXPORTADOR

# CUSTOS MÃO-DE-OBRA PORTUÁRIA - PRODUTOS AGRÍCOLA (SOJA, MILHO, FARELOS, PELLETS) - TRABALHO MOEGA

NÃO CHEGA À 0,2 % DO CUSTO DE LOGÍSTICA:



PORTUÁRIO ACIMA RECEBE MENOS DE R\$ 50,00 POR TURNO DE TRABALHO-PARANAGUÁ

### DIREITOS SUBRATRAÍDOS DOS TRABALHADORES - NÃO RESGATADOS DA LEI 8.630 PARA MP 595

PROIBIÇÃO DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA TEMPORÁRIA (FORA DO OGMO) PARA AS ATIVIDADES RELACIONADAS NO § 1º DO ARTIGO 36 DA MP 595: 049 (ARNALDO FARIA DE SÁ - PTB-SP); 105 (MÁRCIO FRANÇA - PSB-SP); 118 (RUBENS BUENO); 221 (IRINY LOPES - PT-ES); 385(ÂNGELO VANHONI - PT-PR); 439 (ANDRÉ VARGAS - PT-PR); 483 (CESAR COLAGNO - PSDB-ES); 547 (JUTAHY JUNIOR - PSDB-BA).

MULTIFUNCIONAL PREVISTO NA LEI REVOGADA (8.630/93): 330 (JÔ MORAES PC do B-MG); 468(ANDRÉ VARGAS - PT-PR).

- RESTABELECE O SERVIÇO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO NOS PORTOS E INSTALAÇÕES PORTUÁRIA, QUE MPV NÃO RESGATOU DA LEI REVOGADA (8.630/93): 223 (SENADOR GIM ARGELLO PTB-DF), 029 (LUIZ ALBERTO PT/BA); 435 (ANDRÉ VARGAS/PR-PR); 328 (JO MORAES PCdoB/MG)
- 1.4 REFEREM-SE À REGULAMENTAÇÃO DA GUARDA PORTUÁRIA: 013 (CÉSAR COLAGNO – PSDB/ES); 104 (MARCIO FRANÇA – PSB/SP); 294 (GAUBER BRAGA – PSB/RJ); 361 (ALICE PORTUGAL – PC do B/BA); 620 (SUELI VIDIGAL – PDT/ES).

### 1.0 EMENDAS PRIORITÁRIAS

TRATAM DA ISONOMIA QUANTO À CONTRATAÇÃO DE TRABALHADORES PARA AS ATIVIDADES RELACIONADOS NO § 1º DO ARTIGO 36, DENTRO OU FORA DA ÁREA DE PORTO ORGANIZADO:

O70 (ARNALDO FARIA DE SÁ - PTB-SP); 114 e 115 e 500 (MARCIO FRANÇA - PSB-SP); 128 (BETO MANSUR - PP-SP); 200 (SENADOR ALVARO DIAS - PSDB-PR); 213 (IRINY LOPES - PT-ES); 229 (LEONARDO QUINTÃO - PMDB-MG); 252 (PAULINHO DA F.SINDICAL - PDT-SP - PDT-SP); 281 e 288 (GLAUBER BRAGA - PSB-RJ); 389 (ANGELO VANHONI - PT-PR); 436, 442 e 447 (ANDRÉ VARGAS - PT-PR); 476 (VANDER LAUBET - PT-MG); 619 (VANESSA GRASSIOTIN - PC do B-AM); 552 (PAULO RUBEM SANTIAGO - PDT-PE); 589 (ARNALDO JARDIM - PPS-SP).

TRATAM DA REGULAMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO 137 DA OIT:

O54 (ARNALDO FARIA DE SÁ - PTB-SP); O91 (MÁRCIO FRANÇA - PSB-SP); 261 (PAULINHO DA F.SINDICAL - PDT-SP); 316 (GLEUBER BRAGA - PSB-RJ); 376 (ÂNGELO VANHONI - PT-PR); 452 (ANDRÉ VARGAS - PT-PR).

TRATAM DA EXCLUSIVIDADE NA CONTRATAÇÃO COM VÍNCULO, DENTRE OS TPAS REGISTRADOS NO OGMO - E/OU OBSERVANDO AS REGRAS PREVIAMENTE ESTABELECIDAS EM NEGOCIAÇÃO COLETIVA:

107, 137, 151 e 154 (MÁRCIO FRANÇA - PSB-SP); 033, 039, 056, 059 e 069 (ARNALDO FARIA DE SÁ - PTB-SP - PTB-SP); 186 (SENADORA LÍDICE DA MATA - PSB-BA); 268, 270 e 271 (PAULINHO DA F.SINDICAL - PDT-SP); 383 e 387 (ÂNGELO VANHONI - PT-PR); 460 e 464 (ANDRÉ VARGAS - PT-PR).

EMENDA QUE BUSCA A CONSOLIDAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DOS TRABALHADORES DAS ATIVIDADES RELACIONADAS NO § 1° DO ART. 36 COMO INTEGRANTES DE CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA:

156 (MÁRCIO FRANÇA - PSB-SP).

- TRATAM DA INCLUSÃO DOS AMARRADORES E DESAMARRADORES DE NAVIOS, NA ATIVIDADE DE CAPATAZIA:
- 055 (ARNALDO FARIA DE SÁ PTB-SP ); 315 (GLAUBER BRAGA -PSB-RJ); 379 (ÂNGELO VANHONI - PT-PR); 455 (ANDRÉ VARGAS -PT-PR).

ESTAS EMENDAS BUSCAM NIVELAR OS PORTUÁRIOS BRASILEIROS COM OS ESTRANGEIROS DE PORTOS QUE SE COMPARAM COM O BRASIL

- 1.7 TRATAM DO TREINAMENTO E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS TPAs:
- O48 e 057 (ARNALDO FARIA DE SÁ PTB-SP); 096 (MÁRCIO FRANÇA PSB-SP); 218 (IRINY LOPES PT-ES); 322 e 323 (GLAUBER BRAGA PSB-RJ); 353 e 392 (ÂNGELO VANHONI PT-PR); 399 e 463 (ANDRÉ VARGAS PT-PR); 485 (DÉCIO LIMA PT-SC).

AUTORIZATÁRIOS DENTRO P.ORGANIZADO ANTES DA MP 595 - O ABSURDO DO ART. 51 COMBINADO O ARTIGO 50 EM COM MESMOS PRIVILÉGIOS (QUE JÁ INDEVIDOS) DO TERMINAL DE FORA DA ÁREA DO PORTO ORGANIZADO



### EMENDAS QUE CORRIGEM TAL ASSIMETRIA

88, 132, 498, 501 e 502 (MARCIO FRANÇA - PSB-SP); 588 (ARNALDO JARDIM - PPS-SP); 124(LUIZ NISHIORI); 167 (LUIZ SÉRGIO - PT/RJ); E 516 (EDINHO BEZ - PBDB/SC)